



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 13 No 2 Fevereiro 2011



2011 Fortalecimento da integração regional

POLÍTICA	3
SEGURANÇA ALIMENTAR	4
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	5
INFRA-ESTRUTURA	6
ENERGIA	7
SUMÁRIO DA POLÍTICA	8-9
BREVES	10
CHINA-ÁFRICA	11
PAZ E SEGURANÇA	12
GÉNERO	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

A **ÁFRICA** Austral vai dar mais um passo para se tornar uma comunidade regional em 2011, como um dos blocos de construção de uma África unida com a sua Comunidade Económica Africana (AEC).

Esta tem sido a visão dos dirigentes do continente nos últimos 60 anos, e foi acordada por escrito há 20 anos, quando o Tratado da AEC foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo Africanos em 1991.

A África Austral espera dar este passo rumo a uma profunda integração regional e continental, quando as três Comunidades Económicas Regionais (CERs) que englobam 26 Países da África Oriental e Austral - quase metade de todos os Países Africanos - aprovarem um plano, ainda este ano, para estabelecer uma Grande Área de Comércio Livre (GFTA).

Um projecto do plano de acção sobre a GFTA foi aprovado pela Secretaria tripartida, envolvendo a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

As três CERs aprovaram o roteiro individualmente como blocos económicos separados nas suas cimeiras em 2010.

Isso prepara o terreno para o histórico acordo da GFTA que deverá ser aprovada na cimeira tripartida de Chefes de estado e de Governo marcada para o início deste ano. A África do Sul vai acolher a cimeira e a implementação poderá começar já no próximo ano, em 2012.

A criação de uma GFTA, com uma população combinada de

aproximadamente 570 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto dos 625 biliões de dólares, abriria as fronteiras, literalmente, para metade do continente, abrangendo todas as regiões do sul e leste da África, do Cabo ao Cairo.

Isso facilitaria o movimento suave de bens e serviços entre os países membros, estimulando o comércio intra-regional e ampliando as opções de negócios e oportunidades comerciais.

Os líderes da SADC também esperam traçar o caminho para o lançamento da muito aguardada União Aduaneira quando se reunirem em Agosto na sua Cimeira anual de Chefes de Estado e de Governo, marcada para Luanda, Angola.

continua na página 2...

África do Sul entra no grupo de economias emergentes

O RECENTE convite para a África do Sul participar no grupo de Países de economias emergentes (BRIC), formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China, vai reforçar a posição do comércio da África do Sul no mundo, e oferecer oportunidades para a África fortalecer os laços com o grupo.

A África do Sul, que foi convidada para o grupo BRIC em Dezembro de 2010, após a sua candidatura em Novembro, será oficialmente incorporada no BRIC durante a próxima Cimeira de Chefes de Estado marcada para Abril na China.

A inclusão da África do Sul - o primeiro país Africano a ser admitido no grupo - fará mudar a sigla do grupo para BRICS.

O grupo BRICS é considerado o mercado

emergente mais rápido do mundo. Estudos mostram que até o ano de 2050, o conjunto das economias do BRICS poderá superar o conjunto das economias dos actuais Países mais ricos do mundo.

Os cinco países, juntos, respondem por mais de um quarto da área terrestre do mundo e mais de 40 por cento da população mundial.

A Ministra da Cooperação e Relações Internacionais da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, disse que o País será um bom embaixador para a África quando se juntar ao BRICS.

"Nós vamos ser uma boa porta de entrada para os países BRICS. Embora possamos ter uma pequena população, não representamos apenas a África

do Sul, mas a África como um todo", disse ela.

Nkoana - Mashabane reconhece isso e diz: "Nós trazemos a economia mais diversificada e mais avançada no continente."

Analistas económicos concordam e dizem que a África do Sul tem muito a ganhar com BRICS uma vez que este País representa os interesses de África.

O Director Executivo da firma Frontier Advisory, Martyn Davies, disse que a África do Sul como país é pequeno", mas se nós formos para lá como um mercado regional, somos maiores."

"Para a África do Sul ser tratada como parte do BRIC é um pouco complicado", disse Jim O'Neill, que criou o termo BRIC em 2001. "Mas a África do Sul

como representante do continente Africano é uma história diferente."

Nkoana - Mashabane reconheceu isto afirmando que "nós trazemos a mais diversificada e avançada economia do continente."

"Podemos não ter o mesmo tamanho, mas podemos abrir oportunidades para eles na região e por isso, podemos concluir a nossa integração económica no continente."

A África do Sul tem uma economia de cerca de 290 biliões de dólares americanos, que é inferior a um quarto da Rússia, o menor dos países do BRIC. A sua população é estimada em cerca de 49 milhões de pessoas comparativamente a China que tem 1,3 biliões, a Índia 1,2 biliões, o Brasil 191 milhões e a Rússia 142 milhões. r

2011 Fortalecimento da integração regional

continuação da página 1...

A União Aduaneira, inicialmente prevista para o ano passado, foi adiada para uma data posterior para permitir que os Estados-Membros apliquem plenamente a Área de Comércio Livre da SADC (ACL), lançada em 2008.

Secretário executivo da SADC, Tomaz Salomão, disse na última Cimeira, que "o lançamento da União Aduaneira em 2010 não seria possível. A questão é definir como dar seguimento".

Uma união aduaneira é um grande nível de integração económica em relação a uma ACL, em contraste com a ACL, que tem um regime tarifário comum internamente, mas permite que cada País mantenha as suas próprias tarifas com os não membros da SADC, uma União Aduaneira exige que todos os membros tenham uma tarifa externa comum.

O COMESA e EAC já têm acordos de comércio livre e uniões aduaneiras. A criação de uma ACL em 2012 resultaria na junção de três grupos numa ACL grande com o objectivo de uma única união aduaneira para fixar as tarifas comuns e regulamentos para o comércio externo.

Em termos de projectos de desenvolvimento regional, a África Austral espera experimentar um investimento significativo este ano, especialmente ao longo do Corredor Norte-Sul, após a aprovação dos fundos de desenvolvimento.

O Corredor Norte-Sul atravessa oito países do leste e da África Austral e é uma combinação de dois corredores tradicionais - o Corredor de Durban e o Corredor de Dar es Salaam, que liga o porto de Durban e outros na África Austral com o porto oriental de Dar es Salaam.

O COMESA, EAC e a SADC identificaram o corredor para a ajudar o programa do Comércio, porque é o mais movimentado da região em termos de valores e volumes de mercadorias.

Mais de 1.2 biliões foram mobilizados para reabilitar estradas, caminhos-de-ferro e instalações portuárias, bem como apoiar o comércio ao longo do Corredor Norte-Sul.

O Presidente do Grupo de Trabalho Tripartido, Mwapachu Juma, que é o Secretário-Geral da EAC, anunciou que os preparativos estão numa fase avançada para o lançamento de um segundo Posto Fronteiriço de Paragem única em Namanga, no cruzamento entre a República Unida da Tanzânia e o Quénia.

O posto fronteiriço de Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbábue, foi o primeiro Posto Fronteiriço de Paragem única, oficialmente aberto para

negócios em Novembro de 2009, e os planos estão bem avançadas para uma iniciativa semelhante em Beitbridge, no Corredor Norte-Sul, entre a África do Sul e o Zimbábue.

A iniciativa de Posto Fronteiriço de Paragem única está prevista em todos os postos fronteiriços importantes na comunidade para facilitar o movimento de bens e serviços entre os 26 Estados-Membros.

No âmbito do Posto Fronteiriço de Paragem única, os viajantes são sujeitos a procedimentos aduaneiros apenas uma vez para a passagem para o outro País, em contraste com a situação actual em que têm que ser tratados em ambos os lados da fronteira. Isto vai eliminar os atrasos verificados na maioria dos postos de fronteira, bem como a frequência de procedimentos operacionais "restritivos" nas fronteiras. *sardc.net/sanf* r

Acompanhamento da

Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar

HÁ SETE anos, os líderes da SADC reuniram-se numa Cimeira extraordinária em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, para a adopção de uma estratégia para promover o desenvolvimento da agricultura e segurança alimentar na região.

A Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar, aprovada em 2004, identificou uma série de áreas prioritárias em que a África Austral deve centrar-se a curto prazo (2004-2006) e a médio e longo prazo (2004-2010) para atingir a segurança alimentar na região.

As estratégias de curto, médio e longo prazo já expiraram e a SADC deve rever o processo da sua implementação.

Medidas a curto prazo incluem a disponibilidade e acesso aos principais insumos agrícolas para os agricultores, que consiste na variedade de sementes melhoradas, fertilizantes, agro-químicos, os serviços de lavoura e instrumentos agrícolas.

A médio e longo prazo, os líderes da África Austral concordaram em cumprir a meta da União Africana de atribuir pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais à agricultura e desenvolvimento rural.

Os líderes também identificaram a necessidade de desenvolver um mecanismo de reserva alimentar regional, melhorar as infra-estruturas, como estradas e ferrovias para promover o comércio e abrir o mercado, bem como construção de barragens para fins de irrigação.

Um recente relatório dos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar da SADC refere que a implementação da declaração tem contribuído

significativamente para a segurança alimentar na região, com alguns Países a obterem boas colheitas nos últimos anos.

No entanto, os ministros também notaram que um certo número de Países da SADC continuam a registar atrasos na execução do plano - um desenvolvimento que pode minar os esforços para impulsionar a produção e tornar a região auto-suficiente.

Por exemplo, muitos objectivos importantes, tais como a construção de sistemas de irrigação e o estabelecimento da reserva de alimentos regionais estão bem atrasados, embora a pesquisa das modalidades e das estratégias

para o desenvolvimento do mecanismo da reserva tenha já sido realizada em 2006.

No que diz respeito à atribuição de 10 por cento dos orçamentos nacionais à agricultura, a maioria dos Estados Membros da SADC têm ainda de cumprir essa promessa.

Esta situação tornou ainda difícil para os agricultores se prepararem para a época de cultivo, em especial nos últimos anos, quando a região foi afectada pela crise financeira global e secas.

O Malawi e Zimbabwe figuram entre os primeiros Países da SADC a alocar 10 por cento dos seus orçamentos para a agricultura, e isso é visto como

um dos factores de bons rendimentos agrícolas do Malawi nas últimas safras agrícolas.

Como resultado desta viragem robusta no sector agrícola, Malawi deixou de ser um País com insuficiência de alimentos e passou a produzir um excedente de cereais para exportação para outros Países da SADC.

A produção de milho no Malawi triplicou, passando de cerca de 1,2 milhões de toneladas em 2005 para 3,4 milhões de toneladas na época 2007/08. Este extraordinário aumento da produção de milho tem poupado os cerca de 120 milhões dólares que gastava por ano, desde 2005, para a importação de alimentos.

Em 2008, o Presidente do Malawi, Bingu wa Mutharika, foi condecorado com a medalha de Liderança Política de Segurança Alimentar FANRPAN, pelos seus esforços de promoção da segurança alimentar na região.

Os Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar da SADC observaram que vários Países têm mostrado avanços significativos com a apresentação de relatórios periódicos e oportunos sobre a implementação da Declaração.

Esses Países incluem o Botswana, Lesotho, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Tanzânia, Suazilândia e Zimbabwe.

Os Ministros exortaram os países a intensificar os esforços para implementar o acordo para permitir que a região atinja a segurança alimentar.

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral e a SADC identificou o sector como uma área prioritária para o desenvolvimento. r

Destaques da Declaração de Dar es Salaam

ATRAVÉS DA Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar, os líderes da SADC acordaram uma série de medidas a curto e médio-longo prazos que exigem atenção urgente por parte dos Estados-Membros, a fim de melhorar a agricultura e garantir a segurança alimentar.

As medidas gerais de curto prazo que os Estados-Membros precisam de desenvolver e promover são:

- Fornecimento de insumos agrícolas
- Desenvolvimento Agro-industrial e processamento para incentivar o valor acrescentado
- Revitalização das medidas nacionais de controlo de pragas e doenças e da produção agrícola e pecuária
- Aumento da Produção Agrícola, pecuária e pesca, incluindo a aquacultura e culturas marinhas
- A gestão da água para fortalecer a capacidade de irrigação.

As principais medidas de médio e longo prazo que os Estados-Membros devem assegurar são:

- Utilização e gestão sustentável dos recursos naturais
- A preparação para catástrofes, incluindo o desenvolvimento de um sistema integrado de informação agrícola regional
- Pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologia para melhorar o desenvolvimento de variedades de culturas e raças de animais
- Envolvimento do sector privado na agricultura e desenvolvimento rural
- Acesso ao mercado e ao financiamento agrícola e investimentos. r



Previsão de segurança alimentar estável para a SADC

A **SITUAÇÃO** global de segurança alimentar na África Austral é considerada estável este ano, uma vez que a maioria dos Países da SADC esperam boas colheitas na época agrícola 2010/2011.

Uma avaliação da Rede do Sistemas de Aviso Prévio da Fome (FEWSNET) projecta que uma boa colheita registada na época anterior é suficiente para satisfazer as necessidades da região para além do mês de Março.

A FEWSNET diz que os Países da SADC melhoraram as colheitas nos últimos anos devido às chuvas favoráveis, assim como as várias intervenções agrícolas por parte dos governos nacionais para estimular a produção.

"As condições de segurança alimentar durante a maior parte da região continuam estáveis, e deverão permanecer assim ao longo de Outubro de 2010 a Março de 2011," indica a FEWSNET na sua avaliação.

A FEWSNET acrescenta que a maior parte da região, nomeadamente Malawi, Moçambique, República Unida da Tanzânia e Zâmbia não vai sentir qualquer "insegurança alimentar aguda" no primeiro trimestre do ano, enquanto algumas partes de Angola e do Zimbabwe podem exigir importações adicionais.

No entanto, a situação é susceptível de ser gerida uma vez que a maioria dos Países da SADC estão prevendo uma colheita abundante nesta época.

A África do Sul, aponta para um excedente de milho de cerca de 6.000.000 toneladas, o que pode ser exportado para os Países vizinhos que precisarem de importação adicional.

A Swazilândia, embora não seja um produtor importante de alimentos, relatou uma época melhor com o Presidente do Fundo Nacional de Agricultores, Tsabedze Jabulani, dizendo que

"embora seja muito cedo para ter certeza, as indicações apontam que o País terá uma boa colheita nesta época."

"Os agricultores acreditam que vão conseguir uma colheita abundante nesta época, principalmente porque todos produziram este ano e porque o País foi abençoado com boas chuvas desde o início da época de sementeira", disse Tsabedze à imprensa local.

No Zimbabwe, a época será boa por causa da melhoria das chuvas e do aumento das áreas cultivadas e semeadas.

ser um País com défice de alimentos produzindo um excedente de cereais para outros Países da SADC. O aumento extraordinário da produção de milho poupou para o País cerca de 120 milhões de dólares por ano que, em 2005, serviam para a importação de alimentos.

Enquanto outros Países ainda estão a fazer previsões mais abrangentes, as estimativas sugerem que os níveis de produção serão melhores do que os obtidos na época anterior.

A situação global de segurança alimentar na África Austral para a campanha 2009/10 foi favorável, com um excedente regional de cereais de 476 mil toneladas em comparação com um défice de 1,78 milhões de toneladas registadas em 2008/09.

No entanto, apesar de haver boas reservas de cereais, tem constituído preocupação o facto de haver muitas pessoas ainda sem terem acesso a alimentos devido a vários desafios, tais como baixa renda e os elevados preços dos produtos alimentares. r



Algumas culturas básicas da SADC: Soja, cevada e milho

Ministro da Agricultura, Joseph Made, anunciou que a área plantada com milho aumentou de 530.000 hectares em 2009-2010 para 660 mil hectares na época 2010/2011.

O Malawi, que desde 2005 aumentou a sua produção para níveis recordes, prevê uma colheita abundante. O País tem previsão de produzir cerca de 2,35 milhões de toneladas de milho, um pouco mais que as necessidades anuais estimadas em 2 milhões de toneladas.

O Malawi foi o primeiro País da SADC a alocar 10 por cento do seu orçamento para a agricultura, e isso é um dos factores de sucesso do Malawi durante as últimas épocas agrícolas.

Como resultado desta viragem robusta no sector agrícola, o Malawi deixou de

Padrões de precipitação confirmam previsões

OS PADRÕES de precipitação recebida até Janeiro de 2011 para a maioria da SADC são ainda bastante consistentes com as previsões do 14º Fórum Regional para a Previsão Climática na África Austral (SARCOF 14), lançadas o ano passado.

O SARCOF previa que entre Outubro e Dezembro de 2010, as partes sul e oeste da SADC receberiam chuva normal com tendência para acima do normal.

Entre Janeiro e Março de 2011, na maior parte da região aumentaram as possibilidades de chuvas normais para acima do normal, com algumas partes, tendo acima do normal para normal.

Esta possibilidade de normal para acima do normal se

espalhou por toda a parte central e norte da região, segundo as últimas previsões.

Períodos mais frios que as temperaturas médias também persistiram no Pacífico tropical desde o ano passado, ao ponto de uma bacia de largura La Niña ter-se estabelecido bem. Os principais destaques da previsão climática para Dezembro de 2010 a Fevereiro de 2011 são os seguintes:

- Chuva acima do normal para normal nas partes sul e ocidental da SADC continental e Madagáscar ocidental. A maior parte da SADC terá chuva normal para acima do normal
- Chuvas normais para abaixo do normal poderão ocorrer nas Maurícias e no leste do Madagáscar. r

Acordo de Cancun: Um pequeno passo à frente

por Eglina Tauya

A **ÁFRICA** Austral vai sediar uma conferência global do clima este ano, que deverá produzir um acordo internacional para enfrentar as mudanças climáticas.

Durante todo o ano, vão decorrer negociações com vista a finalização de um acordo global na 17ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 17), que vai decorrer em Durban, África do Sul, em Novembro.

O projecto do acordo alcançado no ano passado no México, representa um pequeno passo para um acordo global. Entretanto, o progresso ainda está longe de ser satisfatório para os Países em desenvolvimento, uma vez que não contempla a sua posição sobre uma série de questões, incluindo os níveis de emissão de carbono, bem como o aumento das finanças, tecnologia e capacidade de adaptação e gestão de riscos.

A versão preliminar do Acordo de Cancun inclui o desenvolvimento de um Fundo Verde, formalmente prometendo cortar as emissões de carbono, incluindo a redução de emissões por desmatamento e degradação da terra, tomando decisões sobre o futuro do Protocolo de Quioto, apoiando a transferência de tecnologia, bem como relatórios, o acompanhamento e verificação das reduções de emissões.

Mais significativo para a África é a decisão de criar um Fundo Verde do clima com um órgão que terá igual representação de Países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Fundo Verde do clima visa aumentar e desembolsar 100 biliões de dólares por ano até 2020, começando com 30.000 milhões dólares em 2012, para o financiamento imediato de projectos, embora haja um certo

cepticismo sobre a magnitude desses números.

Os fundos destinam-se a ajudar os Países em desenvolvimento a adaptar-se às inundações e secas para permitir uma redução de gases com efeito de estufa e adaptar as suas economias e infra-estrutura face as mudanças climáticas.

Especialistas em clima observam que a África já está experimentando cheias e secas frequentes, devido ao aumento das temperaturas, apesar da sua quota combinada das emissões de carbono ser insignificante.

O Fundo Verde está em consonância com a visão de um Fundo Verde de África, um canal através do qual os parceiros de desenvolvimento irão apoiar a adaptação, como parte da atribuição de fundos para as mudanças climáticas.

Falando num Painel sobre o Progresso do Projecto Fundo Verde, em Cancun, o Sub-Secretário-Geral e Secretário executivo da Comissão económica para África nas Nações Unidas (UNECA), Abdoulaye Jannet, afirmou que "já que a capacidade de África em lidar com os impactos das alterações climáticas depende essencialmente da disponibilidade de recursos financeiros, a mobilização de recursos para o Fundo Verde deve ser feita de forma sustentável, tendo em conta que isto não é um assunto de um ano."

Jannet exortou as partes para utilizar pelo menos 60 por cento do fundo para o financiamento de actividades de adaptação às alterações climáticas e acções de mitigação nos países em desenvolvimento para lançar o futuro Fundo Verde de África.

"Queremos recursos sustentáveis. Isto é, a Comissão Económica para África trabalhará em estreita colaboração com o Fundo Verde

de África através do Centro Africano de Políticas Climáticas (CCCC) para garantir sucesso", disse Jannet.

Embora já existam mais de 20 fundos climáticos que operam internacionalmente, a África tem acesso a apenas alguns e tem um punhado de projectos registados no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM).

A maioria dos projectos Africanos de CDM está concentrada na África do Sul. A América Latina e os Países asiáticos, especialmente Índia e China, já possuem centenas de projectos de CDM.

Os autores do Fundo Verde de África defendem que os grandes desafios de África e o enorme défice de financiamento no continente figuravam entre as principais razões para a criação do Fundo.

Outros resultados significativos de Cancun foram o facto das promessas feitas pelos Países desenvolvidos de cortar as emissões terem sido formalmente incorporadas na documentação da ONU. Os Países vão desenvolver planos de desenvolvimento de baixo carbono e devem apresentar os seus inventários anuais.

Embora o texto aprovado reconhece que cortes mais profundos nas emissões de carbono são necessários, eles não são juridicamente vinculativas e a análise sugere que as promessas levariam a um aumento de 3,2°C na temperatura, muito acima dos 2°C, geralmente considerados como um nível de segurança de aquecimento pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.

Isso explica porquê é que a África insiste que os Países desenvolvidos devem reduzir as emissões para pelo menos



40 por cento abaixo dos níveis de 1990 até 2020, e atingir pelo menos 80 por cento abaixo dos níveis de 1990 até 2050, por serem os maiores emissores.

Os Países em desenvolvimento também concordaram em ver como é que podem reduzir as emissões no futuro. Deve ser elaborada uma forma de registo e de combinação das acções de mitigação dos países em desenvolvimento para o financiamento e apoio tecnológico dos países industrializados. Os países devem publicar relatórios de progresso a cada dois anos.

Também é importante o facto de as partes terem concordado em impulsionar a acção para reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento conhecida por esquema de REDD.

Ao abrigo do esquema, os países desenvolvidos pagam aos países em desenvolvimento para não derrubarem as florestas, garantindo com isso emissões de carbono.

Detalhes sobre quando isso vai acontecer exactamente e de que forma ainda são vagos, sobretudo porque os países desenvolvidos serão capazes de usá-lo para compensar as suas emissões, em vez de fazer cortes em casa.

O acordo de Cancun também apoia a ideia de transferência de conhecimentos de tecnologia limpa entre os Países. *sardc.net* r

Plano Director de Infra-estruturas da SADC para orientar o desenvolvimento regional

O **BASTANTE** aguardado lançamento do Plano Director de Infra-Estruturas da SADC vai, ainda este ano, orientar o desenvolvimento de infra-estruturas fundamentais como estradas, portos e caminhos-de-ferro.

Finalmente, o plano director vai permitir que a região venha com uma rede eficiente de infra-estruturas, com benefícios transfronteiriços que promovem o crescimento sócio-económico dos Estados-membros uma vez que uma economia próspera depende de uma boa base de infra-estrutura tanto a nível nacional e regional.

É necessário que uma rede de transportes dinâmica para impulsionar a integração regional, bem como assegurar que a Área de Comércio Livre da SADC (ACL), lançada em 2008 e a iminente União Aduaneira da SADC, seja implementada com sucesso através da identificação dos

atrasos nos postos de fronteira e da promoção da livre circulação de bens e serviços em toda a África Austral.

O Plano Director regional de infra-estrutura, iniciado em 2007 pelos líderes da SADC, se concentrará em áreas-chave como energia, transportes, telecomunicações, infra-estrutura hídrica e turismo.

Alguns dos programas que o plano identifica como prioritários incluem a Ponte Kazungula, que ligará o Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, a proposta do Zimbabwe e Zâmbia, Botswana, Namíbia de uma

linha de transmissão de energia que liga os quatro países, conhecida por ZiZaBoNa, e a linha ferroviária de Benguela entre Angola e a Zâmbia.

Outros projectos estão nos corredores de desenvolvimento, como o Corredor de Dar es Salaam, Hidrovia Shire-Zambeze, Corredor de Walvis Bay e o Corredor Trans-Caprivi.

O Secretário executivo da SADC Tomaz Salomão, disse, com determinação, que a região iria realizar os seus planos e fornecer uma rede perfeita de infra-estruturas para o seu povo.

Ele disse que a experiência demonstra que os Estados-membros da SADC estão à altura desta tarefa, apesar dos diversos desafios, tais como recursos limitados.

"Temos muita coisa junta que são realizações e desafios", disse ele, no prefácio do relatório sobre o Estado de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC apresentado na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC em 2010.

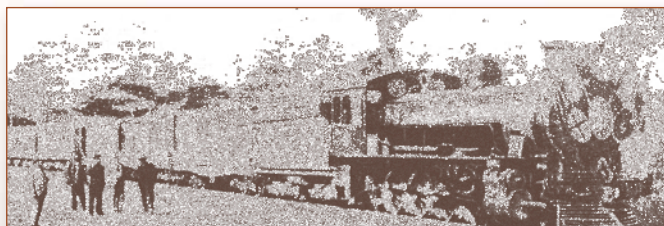
"A região tem, no entanto, demonstrado ao longo dos anos que está sempre à altura da tarefa, pois tem sempre de superar obstáculos através de esforços colectivos."

Ele citou o programa de produção e transmissão de energia através do qual a região encomendou vários projectos que agruparam cerca de 5.300 Megawatts (MW) no Grupo de Empresas de Electricidade da SADC (SAPP), entre 2007 e 2009.

Quanto à tecnologia de informação e comunicação, uma ligação global inter-estatal foi já conseguida, incluindo a ligação através de um cabo submarino de fibra óptica com o resto do mundo.

No entanto, uma série de outros programas de infra-estrutura regional ainda estão atrasados devido a vários desafios, sendo o principal deles a falta de fundos para a execução dos programas.

O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC faz parte da agenda do desenvolvimento regional de infra-estrutura para a SADC, que visa fortalecer o desenvolvimento de infra-estrutura na região. Os líderes da África Austral esperam lançar o plano na sua próxima cimeira prevista para Agosto em Luanda, Angola. r



Linhas férreas são um dos meios seguros de transporte

Tanzânia constrói a sua primeira central eólica

A **REPÚBLICA** Unida da Tanzânia vai começar a construção, no início deste ano, de um projecto de energia eólica avaliado em 120 milhões de dólares, para diminuir a crónica escassez de energia no país.

Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Lazaro Nyalandu, disse que a primeira central eólica de sempre no País vai adicionar cerca de 50 megawatts (MW) de electricidade para a rede eléctrica nacional. A estação será localizada na região Singida.

"Os financiadores do projecto já deram luz verde depois de analisarem todos os estudos relevantes. Esperamos que o trabalho de construção inicie nos princípios de Fevereiro", disse ele.

A **Corporação de Desenvolvimento Nacional**

(NDC) vai deter uma participação de 51 por cento no projecto e uma empresa privada, Power Pool East Africa Limited, vai ficar com o resto.

"É um projecto de 15 meses, então esperamos que os primeiros 50 MW de electricidade comecem a ser produzidos até o ano de 2012", disse.

O País produz a maior parte de sua electricidade em centrais hidroeléctricas e gera cerca de 300 MW, utilizando gás natural a partir de um depósito na Ilha de Songosongo, ao largo da costa. As suas necessidades de energia andam a volta de 900 MW, mas o País produz menos de 800 MW.

"O projecto vai começar a produzir inicialmente 50 MW de electricidade a um custo de

cerca de 120 milhões de dólares americanos, mas tem a capacidade de expansão para 300 MW no futuro."

"As facilidades de financiamento para o projecto incluirão financiamento de capital e dívida. Os accionistas da empresa mista já acordaram sobre a estrutura do financiamento", acrescentou.

Ele disse que estudos demonstram que os recursos dos ventos na região de Singida, ao longo da rede eléctrica nacional, poderão apoiar parques eólicos com uma capacidade instalada de até 500 MW.

"A energia eólica pode ser uma fonte de energia barata no País e, assim, ajudar a baixar consideravelmente o actual custo de energia". Disse. r

Angola planeia mais infra-estruturas de transmissão

A **EMPRESA** Nacional de Energia em ANGOLA, Empresa de Distribuição de Electricidade (EDEL), vai construir 25 novas sub-estações, em Luanda, em 2012, como parte de um programa para permitir uma melhor distribuição de electricidade na capital.

De acordo com o Director Executivo da EDEL, Fernando Manuel, as novas sub-estações distribuirão energia de média tensão e permitirão ligações residenciais nos nove

municípios da província de Luanda.

Com o investimento na nova infra-estrutura, a EDEL planeia aumentar o acesso à electricidade dos actuais 280 mil domicílios, em Luanda, para mais de 500 mil até o final de 2012.

Existem actualmente apenas 11 sub-estações de energia em Luanda, com uma capacidade de 530 megawatts.

O plano estratégico da EDEL inclui melhoria da qualidade e regularidade de

fornecimento de energia, aumento do acesso, eficiência e eficácia comercial.

Actualmente, cerca de 20-30 por cento da população de Angola tem acesso à electricidade e aproximadamente 70 por cento das empresas angolanas dependem de geradores a diesel de segurança para compensar a falta crónica de energia.

Para melhorar a acessibilidade e confiabilidade de energia eléctrica, Angola está

a fazer investimentos significativos na produção, transmissão e infra-estrutura de distribuição.

A EDEL é responsável pela distribuição de energia eléctrica nas províncias de Luanda e Bengo, onde cerca de 75 por cento de toda a electricidade em Angola é consumida. r

Tanzânia inicia construção de linhas de transmissão

A **REPÚBLICA** Unida da Tanzânia, iniciou a construção de uma linha de transmissão de 400 quilovolts (KV) que ligará o País com o Quênia e Zâmbia.

O projecto permitirá a Tanzânia implementar uma nova linha de transmissão de alta tensão sobre uma linha de alimentação de 667 quilómetros ao longo de Iringa, em Shinyanga, ligando as actuais e futuras fontes de produção no sul e no sudoeste da Tanzânia.

O projecto poderá reforçar a ligação da linha de transmissão de energia entre o sul e os centros de transporte, incluindo os sectores do turismo e da mineração no norte.

O financiamento para o projecto veio do Governo do Japão e do Banco Africano de Desenvolvimento, que já prometeram 100 milhões de dólares cada.

Outros parceiros de desenvolvimento que contribuem para o projecto incluem a Associação Internacional de Desenvolvimento, que fornecerá 150 milhões de dólares e o Banco Europeu de Investimentos, que ofereceu 134,5 milhões de dólares. O Banco de exportação da Coreia forneceu 36,4 milhões de dólares. r

África do Sul usa energia limpa para complementar a fonte de alimentação

ÁFRICA DO Sul vai iniciar este ano um plano muito aguardado de compra de electricidade em centrais de energia verde a luz de um novo programa de subsídios para ajudar a impulsionar o investimento privado em energia renovável.

À semelhança de outros Estados-Membros da SADC, a economia da África do Sul está a efectuar esforços para satisfazer rapidamente a crescente procura de energia, com a Eskom, empresa estatal de fornecimento de energia, a indicar que continuará pressionada até 2015.

Produtores privados e industriais já disseram que poderiam cobrir o défice de abastecimento de energia, através de projectos de energia limpa, ou através de co-produção nas suas centrais, mas foram desencorajados pela falta de ofertas de compra de energia.

"Estamos prontos para no primeiro trimestre de 2011 apresentarmos a documentação do concurso," afirmou o Director-Geral Adjunto interino do Departamento de Energia, Ompi Aphane, em Dezembro do ano passado.

As tarifas das energias renováveis foram antecipadas para estimular o investimento em larga escala no sector, mas o País ainda está por assinar acordos com alguns dos produtores independentes que já investiram em projectos de energia renovável.

As tarifas definem o preço por unidade de electricidade a ser pago pela energia proveniente de fontes renováveis. Elas cobrem o custo de produção de energia e permitem um lucro razoável para encorajar o sector privado a investir em energias renováveis.

Cahora Bassa aumenta produção

A **HIDROELÉCTRICA** de Cahora Bassa (HCB), em Moçambique, aumentou a sua capacidade de transmissão de energia de 240 megawatts com a entrada em funcionamento da uma nova sub-estação conversora no Songo.

O conversor da sub-estação, que foi construído a um custo de 10,5 milhões de dólares norte-americanos, restaura o potencial de Cahora Bassa para 1.920 MW a partir dos últimos 1.680 MW.

África do Sul está cada vez mais apostando em fontes renováveis de energia para ajudar a conter a crónica escassez de energia e diminuir a sua dependência em relação às centrais a carvão, que fornecem a maior parte de sua electricidade.

O País espera contar com 7.200 megawatts de electricidade fornecida pelos projectos de energia renovável ao longo das próximas duas décadas ao abrigo de um novo plano de recursos energéticos actualmente em desenvolvimento. r

O potencial da barragem foi reduzido para 1.680 megawatts em 1985, após uma avaria que reduziu a potência transmitida para a capital Maputo e para a vizinha África do Sul.

"O sistema de conversão de corrente contínua (HVDC) é composto por oito conversores, cada um com capacidade de conversão de 240 MW, totalizando uma capacidade instalada de 1.920 megawatts", disse a HCB em comunicado. r

1.0 Introdução

Cooperação transfronteiriça no sector de energia na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) não é um fenómeno novo. A cooperação entre os Estados-Membros começou nos princípios de 1958, com a construção de uma linha entre Nseke, na República Democrática do Congo (RDC), e Zâmbia, em Kitwe, para fornecer electricidade às minas zambianas de cobre.

Isto serviu de base para projectos de cooperação bilateral no sector da energia e coincidiu com a construção da barragem de Kariba no final dos anos 1950 com as suas associadas centrais hidroeléctricas (uma na Zâmbia e outra no Zimbabwe).

A cooperação regional no sector da energia expandiu nos últimos 50 anos, especialmente durante os últimos 15 anos, uma vez que a África Austral caminha para a restauração da auto-suficiência energética. A região da SADC teve um crescimento económico sem precedentes na última década, mas o investimento em infra-estrutura eléctrica, infelizmente, tem estado muito aquém da demanda regional, necessitando de uma maior cooperação regional para a partilha da energia disponível.

O negócio transfronteiriço de energia da SADC é facilitado pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), constituído em 1995. O comércio permite aos Países comprar e vender electricidade através de uma rede já existente de linhas de transmissão e subestações de retransmissão. Isto permite a troca de energia dos países que são ricos em recursos energéticos para aqueles que sofrem de vulnerabilidade energética.

A comercialização de energia será sempre uma prioridade entre os estados Membros da SADC, devido à distribuição desigual dos recursos de electricidade na região. Há uma grande reserva de energia hidroeléctrica de baixo custo, no norte da região, especialmente os reservatórios da Barragem de Inga, na RDC, da Barragem de Cahora Bassa, em Moçambique e da Barragem de Kariba, na fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe. A região possui também energia hidroeléctrica barata a partir de outros locais sobre os rios Congo e Zambeze e grandes reservas de carvão na África do Sul e Moçambique.

2.0 Situação Actual

Os mecanismos de comércio de energia da SADC evoluíram desde a formação do SAPP. Durante os primeiros anos do SAPP, a negociação era confinada a contratos bilaterais entre as empresas membros. A maior parte do comércio transfronteiriço de electricidade é regida por contractos bilaterais fixos, que representam entre 90 e 95 por cento do comércio total de energia regional.

Os contratos geralmente cobrem um período de um a cinco anos, embora possam ser mais longo. Eles oferecem uma segurança do abastecimento, mas não são flexíveis para acomodar diferentes perfis de demanda e preços. Os preços de electricidade dependem do período de consumo - de ponta, padrão ou fora de pico.

Reconhecendo a importância do comércio regional de energia eléctrica, o SAPP, começou a funcionar com o Mercado de Energia de Curto Prazo (STEM), a partir de 2001 até 2007, quando a região ficou sem excesso de capacidade. O STEM actualmente atende a cerca de cinco por cento do comércio de energia da SADC. Funciona com contratos e horários diários, principalmente para períodos fora de pico.

O STEM foi um precursor do mercado de electricidade plenamente competitivo que foi desenvolvido com sucesso para a região, na forma de Dia de Mercado Antecipado (DAM). Com o apoio da Noruega, a valorização do DAM começou em 2003 e o mecanismo de negociação foi entregue no final de 2006. A partir de Fevereiro de 2007, o SAPP foi realizando testes de mercado que permitiram que os membros do SAPP ganhassem a experiência necessária para operar nesse mercado. Este mercado entrou em funcionamento em Dezembro de 2009.

O mercado do tipo leilão, permite aos vendedores e compradores colocarem as suas condições de entrada no SAPP para o comércio de energia no dia de mercado antecipado e comercializarem ou competir para o excedente em tempo real.

Espera-se que a criação de um mercado competitivo, possa ajudar a otimizar a utilização dos recursos regionais de electricidade, auxiliando na determinação do preço correcto de electricidade no SAPP e dar sinais para investimentos e utilização dos activos existentes em tempo real.



Segurança Transfronteiriça de Energia Quadro Legal e Institucional para o Comércio

É importante notar também que os membros do SAPP já não detêm exclusividade dos serviços de energia nacional, na sequência das alterações ao Memorando Inter-Governamental de Entendimento (IGMOU) e do Memorando Inter-Utilitário de Entendimento (IUMOU) que permitem Produtores Independentes de Energia (PIEs) tornarem-se membros do SAPP. Os PIEs aproveitaram esta evolução positiva para se tornarem membros do SAPP.

3.0 Arranjo Institucional

Uma das características do comércio de energia na SADC é que o SAPP funciona com base em acordos e não na lei. O SAPP foi constituído após a assinatura do IGMOU por parte da maioria dos membros da SADC. O IGMOU e seus acordos subsidiários da IUMOU, o acordo entre os membros e as directrizes de uso, já foram assinados por todos os membros da SADC e suas empresas nacionais de electricidade.

Os acordos do SAPP incorporam o Tratado da SADC, o Tribunal da SADC, os Ministros de Energia da SADC e uma Unidade Técnica e Administrativa. O IGMOU estabelece que os acordos do SAPP devem ser interpretados em consonância com o Tratado da SADC e que o fórum de resolução final e vinculativo de litígios é o Tribunal da SADC.

O SAPP possui um comité executivo, que actua como o Conselho de Administração, enquanto um comité de gestão supervisiona a sua administração.

Três subcomissões funcionam subordinados a direcção do comité de gestão: a subcomissão de planeamento (que se concentra na análise anual das taxas e desenvolve planos indicativos de expansão do SAPP a cada dois anos), o subcomité de operações e o seu centro de coordenação associados, bem como o subcomité do ambiente.

O centro de coordenação está sediado em Harare, Zimbabwe, e é responsável pela administração e monitoria das actividades do Grupo, realiza operação e estudos de planeamento, determina os limites de transferência a luz de regras definidas, administra um banco de dados regional, divulga programas de manutenção e presta assessoria técnica.

Os Ministros de energia da SADC são responsáveis por resolver questões políticas importantes no SAPP e de admissão de novos membros para o Grupo. O Secretariado Técnico da SADC e Unidade Administrativa prestam serviços de secretariado para o comité executivo do SAPP, agindo como elo de ligação para a SADC ao mesmo tempo que procura financiamentos de acordo com as recomendações do comité executivo.

A outra instituição importante no sector de energia da SADC é a Associação de Reguladores de Electricidade Regional da África Austral (RERA). Formada em 2002 pelos Ministros de Energia, O mandato da associação é a harmonização do quadro regulamentar, bem como proporcionar um ambiente propício para o investimento no sector de energia da região.

4.0 Ambiente Regulador

Apesar de um mercado regional de energia estar a funcionar através do SAPP, a comercialização de energia da SADC actualmente ocorre somente entre os seus membros.



Comércio de Energia na SADC

Nove Estados Membros da SADC, até agora, possuem autoridades reguladoras nacionais que supervisionam as questões energéticas nos seus respectivos Países e são membros da RERA. Trata-se de Angola, Lesotho, Namíbia, Malawi, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

No entanto, como as agências reguladoras nacionais desenvolvem e já iniciaram a afirmar a sua autoridade, há o risco de que não estejam suficientemente sintonizadas com as necessidades do mercado regional. A experiência em outros Países mostra que, apesar de um Grupo operar em diferentes regimes legais, como é feito entre os países do SAPP, possibilidades de actuação deficiente ou de vantagem injusta criadas pelas diferenças nos sistemas de regulação pode minar a vontade dos membros em participar.

A RERA respondeu aos impedimentos regulamentares para a comercialização de energia transfronteiriços, através do desenvolvimento de "directrizes reguladoras" que foram aprovadas pelos Ministros de Energia da SADC, em Abril de 2010, para assegurar que eficientes acordos transfronteiriços firmados não enfrentem constrangimentos por causa de processos pouco claros ou complicados para a tomada de decisões reguladoras. Mais especificamente, as "directrizes reguladoras" procuram:

- Esclarecer como é que os reguladores vão desempenhar os seus poderes e deveres que regulam as transacções transfronteiras de electricidade, a fim de minimizar o risco regulatório de energia eléctrica para os investidores e consumidores;
- Promover transacções transfronteiras de electricidade que sejam eficientes, sustentáveis e justas para as entidades de compra e venda, e que também sejam coerentes com o desenvolvimento do sector de energia e que ajudam a garantir a segurança do abastecimento a baixo custo; e
- Promover a transparência, consistência e previsibilidade no processo decisório da regulação.

As directrizes reguladoras representam um primeiro passo concreto no sentido da harmonização dos sistemas reguladores nacionais para incentivar grandes transacções transfronteiriças, assegurando que as disposições regulamentares na região sejam compatíveis.

As directrizes reguladoras só se aplicam para as transacções transfronteiriças a longo prazo. No entanto, espera-se que a revisão regulamentar de pequenas transacções transfronteiriças (por exemplo, aquelas que envolvem menos de 20 megawatts (MW) de potência e com acordos que prevêm a negociação por menos de um ano), seria mais racional e menos extensa do que o previsto nas orientações. A razão para o enfoque em operações maiores e de longo prazo é que tais operações são susceptíveis de ter um impacto mais directo sobre as decisões para o investimento nas novas instalações de produção e transmissão de energia.

Da mesma forma, dado o seu enfoque sobre transacções transfronteiriças a longo prazo, as orientações da RERA não se aplicam à negociação no DAM do SAPP.

Também foram escritas como princípios, regras e procedimentos que podem ser adoptados para rever as importações e exportação de energia de longo prazo. No entanto, como documento da RERA, não têm um estatuto jurídico formal sobre as decisões de cada um dos reguladores nacionais. Para atribuir a regulamentação um efeito legal, as autoridades reguladoras nacionais terão de implementar as directrizes nos seus respectivos países.

5.0 Preço do Comércio de Energia

Um elemento-chave no funcionamento do Grupo de Empresas de energia da SADC é o mecanismo de preços do SAPP, estabelecido em treze cronogramas detalhados no contrato de exploração. Os horários cobrem quatro grandes tipos de transacção: contratos firmes de energia de duração variável; contratos firmes de energia de duração não variável, contratos de suporte mútuo, tais como a reserva operacional, energia de emergência e serviços da área de controlo e interrupção agendada de energia.

Com o apoio da Suécia, o SAPP desenvolveu serviços auxiliares e Sistema de Preços de Transmissão, cuja implementação será faseada ao longo de um período de 3 anos a partir de 2011. Os serviços complementares são essenciais para a confiabilidade e segurança do funcionamento do sistema de alimentação em qualquer ambiente competitivo do mercado da electricidade.

6.0 Questões Emergentes

Há passos em alguns países, nomeadamente África do Sul, para estabelecer operadores de Sistemas independentes (ISOs), separada das concessionárias nacionais. Na maioria dos casos, a empresa nacional é o produtor, transmissor e distribuidor de electricidade. A África do Sul diz que a aquisição de energia eléctrica no futuro será feita por uma entidade independente e neutra. Este é um passo importante para nivelar o campo para os produtores privados de energia eléctrica porque a existência do "único comprador", Eskom, tem até agora sido um grande entrave para novos investimentos no mercado de produção.

As longas negociações para acordos de compra de energia (CAE) também têm afectado seriamente a rápida implementação de alguns projectos importantes, afectando o comércio de electricidade na região.

Conciliar os planos regionais com os nacionais ou interesses é um desafio que alguns Países estão colocando com mais ênfase em políticas de auto-suficiência, do que um grupo regional.

7.0 Conclusões e Recomendações

7.1 Conclusões

O comércio de energia na região da SADC já percorreu um longo caminho desde os primeiros dias da cooperação regional no sector da electricidade. Muito mais, no entanto, ainda precisa de ser feito para melhorar o ambiente legal e regulador.

Além disso, a necessidade de uma abordagem consistente para o acesso a transmissão está se tornando aparente como PIEs expressam mais interesse em investir na região.

7.2 Recomendações

- É preciso haver revisões periódicas de compatibilização reguladora uma vez que o SAPP evoluiu.
- A nível nacional, os estatutos reguladores devem ser cuidadosamente elaborado de forma que as áreas de jurisdições sejam adequadamente definidas, dirigidas e contidas para evitar obstáculos às trocas comerciais.
- O papel monopolista e anti-mercado da maioria das empresas nacionais terão de ser revistos, caso o mercado de comercialização de energia da SADC pretenda oferecer segurança energética para a região. r

Este sumário da política de energia é publicado pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, através da sua Embaixada em Maputo, Moçambique, como parte do Projecto Comunicando Energia na África Austral. O sumário da política de energia e outra informação relacionada está disponível na Biblioteca Virtual para África Austral www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento.

África emerge da crise financeira mundial

O AUMENTO de investimento em infra-estrutura, da produtividade agrícola e das exportações de África vai ajudar a economia do continente a crescer 5 por cento em 2011 e 5,1 por cento em 2012.

A redução das exportações e dos preços dos bens retardou o crescimento do continente para 2,3 por cento em

2009, mas a melhoria do comércio mundial permitiu que a África recuperasse para 4,7 por cento em 2010, de acordo com o recente relatório das Nações Unidas sobre Situação e Perspectivas Económicas Globais lançado na Etiópia.

No entanto, a ONU refere que o crescimento global do

continente "escondeu" as grandes disparidades de desempenho económico dos Países Africanos.

Alguns Países têm um desempenho melhor do que outros devido a vários factores como a falta de ambiente propício ao investimento e à instabilidade política. r

Economia angolana vai crescer 7,5 por cento

ANGOLA MANTEVE as suas previsões de crescimento económico em 2011, ao mesmo tempo que prevê um excedente no seu orçamento para o ano fiscal que termina em Março, afirmou o Ministro de Estado, Carlos Feijó.

"O Produto Interno Bruto vai crescer 7,5 por cento em 2011", disse Feijó a jornalistas em Luanda. "Vamos ter um excedente orçamental de 3,5 por cento do PIB."

O orçamento de Governo estimado em 43.000 milhões de dólares americanos, anunciado no ano passado, previa que a economia dominada pelo petróleo iria crescer 7,6 por cento este ano. o Banco Mundial no início deste ano previa que o crescimento seria de 6,7 por cento.

O governo quer abaixar a taxa de inflação, estimada em 15,3 por cento em Dezembro, para 12 por cento por cento, disse Feijó.

O ministro disse que o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana vai suspender, até 31 de Março, os planos para lançar um mercado de acções, enquanto estiver a reembolsar os restantes 2,6 biliões de dólares dos cerca de 6,2 biliões que

deve as empresas de construção.

A dívida externa total é de cerca de 30 biliões de dólares, disse ele. Angola também pretende reactivar os planos de lançamento de um fundo soberano para investir as suas receitas de petróleo. O País produz cerca de 1,9 milhões de barris por dia, e o ano passado superou a Nigéria como maior produtor de petróleo do continente. *Business Week* r

Tanzânia introduz novas notas bancárias

O BANCO da Tanzânia emitiu uma nova série de notas numa tentativa fazer face ao avanço tecnológico que já permitiu algumas pessoas de má fé efectuarem falsificações.

A família de notas bancárias que incluem 2000, 5000 e 10000 shillings (a moeda local) foi introduzida em Janeiro. O banco disse que as notas antigas continuarão a circular até novo aviso.

Governador do Banco Central, Benno Ndulu, disse que "tem havido uma enorme mudança na tecnologia que tem causado a incidentes de falsificação, por isso decidimos produzir notas com melhores características de segurança."

As novas notas também são destinados a atender a demanda de notas causada pela evolução económica. É a sétima vez que se faz a introdução de novas notas no País.

As novas notas tem características notáveis, que incluem retratos dos pais fundadores da Organização das Nações - Mwalimu Julius Nyerere e Sheikh Abeid Karume. *The Citizen* r

China duplica investimentos na Zâmbia em 2011

O INVESTIMENTO CHINÊS na Zâmbia poderá duplicar em 2011 atingindo os 2,4 biliões de dólares, facto impulsionado principalmente por investimentos em indústrias extractivas e transformadoras, afirmou o Ministro do Comércio da Zâmbia.

"Até o final deste ano, o investimento chinês na Zâmbia poderá chegar aos 2,4 biliões de dólares," disse Felix Mutati, num comunicado.

O investimento será equivalente a cerca de 20 por cento da economia da Zâmbia. O investimento directo chinês na Zâmbia excedeu 1 bilião de dólares em 2010 e criou mais de 15.000 empregos, disse o ano passado o Vice-Presidente da Zâmbia. r

Cenário económico 2011 é promissor para a África do Sul

AVALIAÇÃO DAS perspectivas económicas da África do Sul foi revista de negativo para estável, uma situação que foi bem acolhida pelo Tesouro Nacional. Agência cambial Fitch Ratings, anunciou em Janeiro a revisão das suas expectativas, afirmando que havia melhorias nos valores cambiais a longo prazo na África do Sul.

"A Fitch indicou que a revisão das expectativas reflecte o ajustamento eficiente da África do Sul pós-crise global, e a dependência dos fundamentos de crédito, que estão em conformidade com ou melhor do que seus colegas da África do Sul de classificação", indicou o Tesouro.

"O Tesouro Nacional congratula-se com os anúncios, especialmente no actual clima económico, com aumento dos riscos fiscais em outro lugar."

A previsão da agência reflecte a confiança na posição sul-africana de crédito, bem como nas futuras orientações políticas. *BuaNews* r

Malawi estabelece nova companhia de petróleo

O MALAWI criou uma companhia nacional de petróleo, numa iniciativa que visa fazer face a crónica falta de combustível no País.

"Registamos uma empresa petrolífera estatal," disse a jornalistas o Ministro da Energia e Mineração, Grão Malunga, acrescentando que "a Companhia Nacional de Petróleo do Malawi vai se responsabilizar por todos combustíveis e produtos petrolíferos e solucionar as carências que temos vindo a registar nos últimos tempos."

Ele disse que a nova empresa vai olhar para a possibilidade de estabelecimento de reservas estratégicas de combustível. A empresa também deve construir os stocks de combustível e tanques de armazenamento em Nsanje, Blantyre, Lilongwe e Mzuzu.

O registo da companhia petrolífera estatal segue-se ao fracasso, por um consórcio privado, de satisfazer as necessidades de combustível do Malawi. *Nyasa Times* r

Relações China - África prontas para o crescimento

O CHEFE do influente centro estratégico chinês de investigação disse que a China e a África deve continuar a trabalhar juntos para reformar e reconstruir os assuntos mundiais, que são geralmente polarizados para alguns Países seleccionados, em detrimento da maioria.

O presidente do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai (SIIS), reconhecida como uma das dez maiores empresas globais de reflexão, o professor Yang Jiemian, disse durante uma recente visita à África Austral que alguns países poderosos continuam a dominar o mundo e a estabelecer as regras para outros cumprirem.

Ele disse que o desafio para a China e África é resolver este sistema de velha ordem e garantir que todos os países sejam iguais perante a lei internacional.

As relações Sino-África, disse ele, estão melhor colocadas para liderar esta campanha e se tornar num modelo para outras parcerias, porque se baseiam na confiança e respeito mútuos.

"Tenho medo pelo facto de hoje em dia as pessoas estarem mais preocupadas com os bens e não com os pensamentos," disse o professor Yang. "Como pensamento comum para a China e África, devemos clamar para que haja uma atenção para os pensamentos e reformar ou remodelar o sistema internacional para que seja mais justo e igualitário".

Ele disse que nos últimos 400 anos, o "ocidente tem dominado o mundo e definido o rumo para os outros seguirem." O Professor Yang falava num seminário em Zimbabwe. o seu instituto está localizado no centro comercial da China, Xangai, e está rapidamente emergindo como um centro mundial de finanças e logística internacional.

O ex-embaixador do Zimbabwe na China, Christopher Mutsvangwa, disse que a emergência da China como



Professor Yang Jiemian

uma superpotência criou uma oportunidade para o Zimbabwe e o resto de África participar nos assuntos mundiais, acrescentando que os Países deveriam ser autorizados a se relacionar em pé de igualdade.

"Com o surgimento da China como um parceiro, a África é agora capaz de chegar a acordos mútuos com outros Países ou continentes, onde as relações são baseadas em igualdade de condições", disse ele.

Sobre o reforço das relações China-África, o professor Yang disse que isso pode ser conseguido através de uma remodelação a cooperação que inclua projectos regionais não projectos exclusivamente bilaterais. No entanto, esta mudança de política deve ser feita gradualmente para garantir que seja um sucesso.

Ele disse que por enquanto a China parece estar lidando com o assunto em vários Países, em vez de comunidades económicas regionais, principalmente porque este tem sido o foco das suas experiências passadas

"Um dos grandes desafios para a China é a definição de uma política mais flexível para a África", disse ele. "No entanto, não há dúvidas de que a China e a África devem expandir a sua cooperação bilateral para se concentrar mais na região".



Ele disse que uma abordagem regional iria promover a integração em África e reforçar as relações e as trocas comerciais entre os países membros, acrescentando que as pessoas agora têm que "escrever, falar e apresentar possíveis soluções para esses desafios."

O secretário Permanente do Ministério do Zimbabwe da Integração Regional e Cooperação Internacional, TT Chifamba, disse que esta orientação política encaixa-se bem com as prioridades da África, que são voltadas para a integração regional e continental.

Ele disse que enquanto a mudança representar alguns desafios uma vez que vários países estão em diferentes níveis de desenvolvimento, a China e a África podem adoptar uma estratégia que identifica os projectos prioritários em países seleccionados e transforma-los em grandes projectos regionais. Citou a linha férrea TAZARA que foi construído pela China na década de 1970 como um bom exemplo de integração regional. A linha férrea foi



Tazara foi construída por volta de 1970

construída para transportar mercadorias da Zâmbia ao porto da Tanzânia, em Dar es Salaam, após a Zâmbia ter fechado a sua fronteira com a Rodésia do Sul antes da independência do Zimbabwe.

Esta foi uma via de comunicação essencial, construída em tempo recorde de menos de três anos e financiada por empréstimos com juros bonificados, num momento em que as agências de desenvolvimento do Norte se recusavam a participar nesta iniciativa.

"A África reconhece os esforços da China para desenvolver o continente", disse Chifamba, acrescentando que poderia ser feito muito mais para promover projectos regionais, sobretudo os localizados no Corredor Norte-Sul entre Durban e Dar es Salaam, uma iniciativa de três comunidades regionais, COMESA, EAC e SADC.

Ele disse que o recente mercado de acesso preferencial concedidos a alguns países Africano pela China deverá ser alargado a outros países para promover o desenvolvimento e garantir que os países menos desenvolvidos se movam rapidamente para expandir suas economias.

A China e África partilham relações cordiais que remontam ao período colonial, quando a China apoiava os países Africanos na sua luta pela libertação e independência nacional.

Para lidar com os desafios da globalização económica, foi criado o Fórum de Cooperação China, África (FOCAC) em 2000, para traçar o plano de acção para o desenvolvimento da China e da África. O actual Plano trienal de Acção do FOCAC decorre entre 2010-2012.

O Presidente do SIIS e a sua delegação de cinco membros visitaram os institutos de pesquisa e universidades parceiras no Quênia, Namíbia e Zimbabwe, em janeiro de 2011. *sardc.net* r

África do Sul pretende levar a Agenda Africana para o Conselho de Segurança

A **ÁFRICA** do Sul disse que pretende utilizar a sua posição como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para elevar a agenda Africana e fazer avançar a paz e a estabilidade no continente.

Para isso, a África do Sul disse que vai trabalhar em estreita colaboração com os colegas Africanos membros do Conselho de Segurança – Gabão e Nigéria – para promover a agenda de desenvolvimento do continente e buscar um melhor tratamento para os desafios de África no seio da organização mundial.

A Ministra da Cooperação Relações Internacionais, Maite Nkoana-Mashabane, disse que o País terá como objectivo reforçar a sua cooperação com a Nigéria e Gabão para coordenar os seus esforços sobre o continente com mais eficiência.

"A África do Sul e a Nigéria serão, ao mesmo tempo, membros do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, apresentando uma oportunidade



de trazer um maior alinhamento com o trabalho destes dois órgãos no tocante a resolução de conflitos no nosso continente", acrescentou.

A África do Sul iniciou o seu segundo mandato como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o período 2011/12, a 01 de Janeiro. O primeiro mandato foi no período 2007-08.

Vai trabalhar ao lado dos membros permanentes - China, França, Federação Russa, Reino Unido e os Estados Unidos - e de outros membros eleitos - Bósnia-Herzegovina, Brasil, Colômbia, Gabão, Alemanha, Índia, Líbano, Nigéria e Portugal.

Em consonância com as suas prioridades da política externa, a

África do Sul, vai Presidir o Comité 1540 que lida com armas de destruição em massa e o Grupo de Trabalho sobre a Prevenção de conflitos em África.

Também será vice-presidente do Comité de Sanções contra a Costa do Marfim e Libéria.

Nkoana - Mashabane observou que a configuração do poder do Conselho de Segurança não era a favor de membros não permanentes e que os interesses nacionais, por vezes, substituem os compromissos internacionais.

O mandato da África do Sul em 2011-12 "será guiado pelo seu compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral e apoio a uma ampla abordagem multilateral das questões de paz e segurança internacionais."

Nkoana-Mashabane disse que o facto de ser membro do Conselho de Segurança será uma oportunidade para a África do Sul trabalhar para alcançar estatuto de um representante legal, legítimo e mais eficaz no Conselho de Segurança

Os Países Africanos estão trabalhar para que haja reformas no sistema das Nações Unidas, incluindo a reserva de pelo menos um assento permanente para o continente.

Também querem uma revisão do poder de veto dos cinco membros permanentes do conselho, que é muitas vezes visto como um obstáculo para um sistema democrático na ONU.

Ao usar o poder de veto, qualquer um dos membros permanentes do Conselho de Segurança pode impedir a aprovação de qualquer projecto de resolução que não seja do seu agrado.

Mesmo a simples ameaça de um veto pode levar a mudanças no texto da resolução, ou ser retirado por completo (o chamado veto de bolso).

Como consequência, o poder de veto, muitas vezes impede o Conselho de agir para resolver questões internacionais prementes e dá grande uma influência aos membros permanentes dentro da ONU como um todo. r

A paz é fundamental para uma integração Africana mais profunda

A **ÁFRICA** poderia alcançar uma maior integração e desenvolvimento, se os Estados-Membros pudessem reforçar os seus esforços na promoção da paz e da segurança no continente.

Os líderes Africanos fizeram essa declaração na recente Cimeira da União Africana (UA), que decorreu sob o lema "Rumo a uma maior unidade e integração através de valores comuns."

Num comunicado divulgado no final da Cimeira, os líderes sublinharam que a paz e a segurança eram fundamentais para o alcance da prosperidade sócio-económica no continente.

Apelaram aos Estados-Membros especialmente aqueles envolvidos em conflitos para lidarem com os seus desafios como uma questão de urgência.

A Costa do Marfim, Egipto, Madagáscar, Somália e Tunísia são alguns dos países com instabilidade devido a várias razões, incluindo uma nova onda de golpes de Estado militares e disputas eleitorais.

Sobre a situação na Costa do Marfim, os líderes criaram um novo painel negocial de países provenientes das cinco regiões do continente, incluindo o Burkina Faso, Chade, Mauritânia, África do Sul e a República Unida da Tanzânia. O painel deverá ser assistido

pela Comissão da UA e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS).

Relativamente à Somália, que está agora em período de transição, a Cimeira exortou todas as partes interessadas para ampliar e consolidar o processo de reconciliação e garantir que todas as tarefas pendentes de transição, como o processo de elaboração da Constituição, sejam concluídas.

Sobre a Tunísia, os líderes Africanos afirmaram que todas as partes devem "trabalhar juntas, em união, em paz, com consensos e respeito da legalidade, no sentido de uma transição pacífica e democrática".

Quanto ao Madagáscar, a Cimeira renovou o seu apoio à SADC para mediar as negociações para garantir um regresso consensual à legalidade constitucional no País.

Os líderes Africanos também saudaram os progressos realizados na implementação da Declaração de Tripoli sobre a eliminação de conflitos e a promoção de paz sustentável em África, bem como o Plano de Acção de Tripoli adoptado em 2009.

No entanto, há necessidade de prosseguir e intensificar esforços para a consecução dos objectivos definidos nos dois documentos, que visam promover a paz no continente. r

ONU-Mulher aposta na promoção de género

O DIA 01 de Janeiro marcou uma conquista histórica para a igualdade de género quando o recém-criado órgão das Nações Unidas, ONU Mulher, iniciou oficialmente suas actividades.

Formalmente conhecido como a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher, a ONU Mulher (Mulher das Nações Unidas) surgiu com base num acordo dos Estados membros da ONU e contou com um forte apoio do movimento global das mulheres, em reconhecimento de que mais deve ser feito para acelerar as oportunidades para as mulheres conquistarem a igualdade de direitos e de representação.

Essa nova e ambiciosa organização consolida e esboça acções das Nações Unidas para alcançar a igualdade de género, assegurando a promessa de avançar na realização dos direitos das mulheres no mundo.

"A ONU Mulher vai aumentar significativamente os esforços da ONU para promover a igualdade de género, expandir as oportunidades e combater a discriminação em todo o mundo", disse o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, na cerimónia de lançamento.

A primeira Directora executiva da ONU Mulher, Michelle Bachelet, ex-Presidente do Chile, disse que nós temos uma oportunidade histórica de acelerar o alcance daquilo que os campeões da igualdade de género têm estado a fazer há anos... este é um momento de grande promessa."

A ONU Mulher foi criada por uma resolução da Assembleia Geral da ONU, em Julho de 2010, tornando-se plenamente operacional a 01 de janeiro de 2011. Surge e baseia-se em quatro áreas do Sistema das Nações Unidas:

- Divisão para o Avanço da Mulher;
- Pesquisa e Treinamento Internacional para o Avanço da Mulher;



Michelle Bachelet



Asha-Rose Migiro



Anna Tibaijuka

- Gabinete do Assessor Especial para Questões de Género e Promoção da Mulher, e
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Como campeão mundial pelos direitos das mulheres, a ONU Mulher vai trabalhar com os Estados-Membros para chegarem a acordo sobre normas internacionais para a igualdade de género, e ajudar os países a implementar essas normas.

Ajudará outras agências da ONU envolvidas no amplo espectro de questões de desenvolvimento para integrar as prioridades da igualdade de género nas suas actividades. A ONU Mulher também vai trabalhar em estreita colaboração com parceiros da

sociedade civil na realização dos seus programas.

A igualdade é um direito humano fundamental e tem enormes implicações socioeconómicas. O empoderamento das mulheres deve tornar as economias prósperas, estimulando a produtividade e o crescimento.

Muitos países fizeram progressos significativos na promoção da mulher, mas a discriminação de género continua profundamente enraizada em várias sociedades.

Apesar de avanços significativos feitos pela África Austral para a consecução da meta de 50 por cento de representação das mulheres na política e nos órgãos de tomada de decisões em todos os níveis

Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento

O PROTOCOLO foi assinado pelos Chefes de Estado e de Governo da SADC em Agosto de 2008. Seus objectivos são:

- Promover a capacitação das mulheres, eliminar a discriminação e conseguir a igualdade e a equidade de género através do desenvolvimento e implementação de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género
- Harmonizar a aplicação de diversos instrumentos que os membros tenham subscrito a nível regional, continental e internacional em matéria de igualdade e equidade de género;

- Abordar questões emergentes e preocupações de género;

- Definir metas, prazos, indicadores realistas e mensuráveis para alcançar a igualdade e a equidade de género;

- Fortalecer, monitorar e avaliar os progressos realizados pelos Estados-Membros na consecução das metas e objectivos estabelecidos no presente Protocolo;

- Aprofundar a integração regional, desenvolvimento sustentável e construção da comunidade. r

até 2015, muito mais ainda precisa de ser feito para atingir a meta.

Com mais uma ronda de eleições antes de 2015, a maioria dos países da SADC que tiveram eleições em 2009 e 2010 decresceu no tocante a igualdade de representação, mostrando que essa meta constitui ainda um desafio.

Por exemplo, a representação do género no Parlamento namibiano diminuiu de cerca de 31 por cento para 22,2 por cento após as eleições de 2009, sendo a representação no Governo de 22,7 por cento.

No Botswana, o número de mulheres no parlamento caiu para 6,5 por cento em 2009, o mais baixo da região, contra os cerca de 18 por cento de há cinco anos.

Após as eleições nas ilhas Maurícias, em 2010, houve um aumento marginal de mulheres no parlamento de 12 por cento contra os nove por cento de 2005. Apenas Moçambique registou um aumento para 39,2 por cento, nas eleições de Outubro de 2009, contra os 32,8 por cento de há cinco anos.

A recente Cimeira da SADC apelou aos Estados-Membros a ratificar e implementar o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento, o que fará que a meta dos 50 por cento seja válida juridicamente.

O protocolo visa assegurar que as mulheres desempenhem um papel activo no desenvolvimento nacional, ocupando metade das posições de tomada de decisão em todas as estruturas da sociedade.

Cinco países ratificaram o Protocolo, metade do número necessário para que possa entrar em vigor. Angola, Moçambique, Namíbia, Tanzânia e Zimbábwe depositaram os instrumentos de ratificação junto do Secretariado da SADC, enquanto Lesotho, Seychelles e África do Sul estão quase concluindo o processo. r



Calendário eleitoral completo para a SADC em 2011

por Joseph Ngwawi

A REGIÃO da SADC poderá ter um calendário eleitoral completo em 2011, com pelo menos seis eleições programadas para decorrer durante o ano.

Em Madagáscar estão agendadas eleições parlamentares para 16 de Março, seguidas de eleições presidenciais a 04 de Maio

Madagáscar utiliza um sistema parlamentar bicameral constituído por uma Assembleia Nacional de 127 membros, cujos representantes são eleitos para um mandato de quatro anos e um senado que tem 90 membros.

Há, no entanto, incerteza sobre a realização das eleições parlamentares no meio de informações não confirmadas de que as eleições podem ser adiadas para uma data posterior para permitir mais tempo para os preparativos.

Segundo o jornal L'Express de Madagáscar, os vários partidos políticos concordaram em Janeiro, para adiar a votação após um encontro com o Primeiro-Ministro, Camille Vital.

A descoberta de lacunas nas listas eleitorais, durante um referendo constitucional em Novembro de 2010 foi uma das razões para o adiamento.

Outra consideração foi a estação chuvosa, em meados de Abril, o que torna muitas estradas intransitáveis e deixa muitas áreas isoladas do resto do País.



Pessoas perfiladas para a votação nas últimas eleições realizadas na Zâmbia.

As eleições municipais, que deveriam ter lugar no dia 20 de Dezembro de 2010 foram também adiadas por "motivos de organização", sem nova data fixada. Ainda não está claro se eleições presidenciais de 04 de Maio serão afectadas.

O ex-prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, que derrubou o ex-presidente Marc Ravalomanana num golpe militar em Março de 2009, e auto-proclamou-se Presidente de transição.

A SADC e a União Africana se recusaram a reconhecer Rajoelina como Presidente.

Embora tenha prometido não disputar as próximas eleições presidenciais, analistas dizem que o sucesso no referendo constitucional do ano passado, pode incentivar o ex-animador de 36 anos a disputar as eleições

Rajoelina fez uma campanha bem-sucedida para uma emenda constitucional reduzindo a idade mínima dos candidatos à presidência de 40 para 35 anos.

As eleições gerais na República Democrática do Congo estão previstas para Novembro, quando o mandato do Presidente Joseph Kabila expirar.

A Comissão Eleitoral Independente (CEI) anunciou

que "a primeira volta das eleições presidenciais e das eleições parlamentares nacionais" foi fixada para 27 de Novembro de 2011.

O Secretário da CEI, Dieudonné Mirimo Mulongo, disse que caso nenhum dos candidatos obtiver mais de 50 por cento dos votos expressos na primeira volta, uma segunda volta será realizada a 26 de Fevereiro de 2012, na mesma altura que decorrerão as eleições das assembleias provinciais nas 11 províncias da nação mais vasta da África Central.

O presidente será empossado no dia 10 de Janeiro de 2012 caso seja eleito na primeira volta e a 04 de Abril de 2012 se houver uma segunda volta.

Os Zambianos vão realizar eleições este ano para escolher o presidente, os membros do parlamento e vereadores locais. Nenhuma data foi definida, mas as eleições anteriores tiveram lugar em Dezembro.

A disputa presidencial poderá ser feita entre o actual presidente Rupiah Banda, do Movimento para a Democracia Multipartidária no poder, e a Frente Patriótica, de Michael Sata.

Estão também previstas eleições presidenciais, no segundo semestre de 2011, nas Seychelles, seguidas de

eleições para os membros da Assembleia Nacional no início do próximo ano.

O actual Presidente James Michel, da Frente Progressista do Povo das Seychelles, venceu as últimas eleições presidenciais realizadas em Julho de 2006. O presidente é eleito por voto popular para um mandato de cinco anos.

Os Zimbabwanos devem ir às urnas no segundo semestre do ano para eleger o presidente, os membros do parlamento e vereadores locais.

A data harmonizada para as eleições dependerá da realização de um exercício de elaboração de uma nova Constituição para substituir a carta acordada em 1979, em Lancaster house, Londres, antecipando a independência.

O Comité Parlamentar sobre a Constituição (COPAC) sugeriu que um referendo para votar a nova Constituição deveria ser realizado em Junho ou mais cedo, abrindo caminho para as eleições em Setembro, antes da estação das chuvas de verão.


A África do Sul terá eleições municipais entre Março e Junho de 2011 para todos os distritos e municípios das nove províncias do País. As eleições municipais são realizadas a cada cinco anos.

Esta eleição será a terceira desde Dezembro de 2000, quando os governos municipais foram reorganizados numa base não-racial, na sequência do desmantelamento do apartheid.

Como é tradição, a SADC deverá enviar equipas de observadores para cada um dos países que realiza eleições para garantir que o processo de votação decorra em conformidade com as disposições dos Princípios e Directrizes Reguladores de eleições Democráticas. r



Diário de Eventos – Fevereiro a Abril de 2011



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 13 No 2 Fevereiro 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Kizito Sikuka, Joseph Ngwavi, Egline Tauya, Leonissah Abwino-Munjoma, Neto Nengomasha, Phyllis Johnson, Agatha Njanike

CONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 SARDC; David Martin; bcnn5.com; zmescience.com; travel.com; southafrica.co;
P3 SARDC; P4 informedfarmers.com; jugalbandi.info; SARDC;
P5 unfccc.org; P6 filmworktaft.com; P11 newstimesafrica.com; SARDC;
P13 womankind.org.uk; asha-roseupi.com; worldpress.com; P14 SARDC; lusakatimes;
P16 yomzanzani.com; flickr.com; dailymail.co.uk; globalresearch.ca

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net conhecimento para o Desenvolvimento

Com o apoio das seguintes companhias aéreas:
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia,
South African Airways, Air Mauritius, TAAG Angolan Airlines
e Air Zimbabwe

SARDC
www.sardc.net
Knowledge for Development

Fevereiro 7-16, Zimbabwe	36ª Reunião do SAPP O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) é o centro coordenador de 12 firmas de energia na SADC que se reúnem regularmente para rever a situação de energia na região.
11, Namíbia	SADC: Reunião de Ministros das Finanças e Investimento Os Ministros das Finanças vão discutir uma série de assuntos destinados a reforçar o sector de finanças e investimentos na região da SADC.
12, Namíbia	SADC: Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional A Reunião do Grupo de Trabalho vai abordar a integração económica regional, incluindo a área de Comércio Livre e a União Aduaneira, bem como a Grande ACL com o COMESA e EAC.
21-25, Quênia	Conselho Directivo da UNEP /Fórum Global do Ambiente O conselho Directivo da UNEP/Fórum Global do Ambiente é convocado para rever as actuais e novas políticas ambientais destinadas a promoção de uma gestão sustentável de assuntos ambientais.
22 Feb – 4 Março, Nova Iorque	55ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher A 55ª CSW vai rever a implementação de vários planos de acção de género tais como a plataforma de acção de Beijing. O destaque será a partilha de experiências e boas práticas com vista a superar os obstáculos remanescentes e os novos desafios, incluindo os relacionados com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
23-24, África do Sul	Futura Conferência de Baixo Carbono Esta reunião vai servir para discutir formas de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, especialmente em projectos de produção de energia.
27 Fevereiro – 4 Março, Namíbia	Conselho de Ministros da SADC O Conselho de Ministros da SADC reúne duas vezes por ano para rever o progresso na implementação de vários programas de desenvolvimento regional, integração e comércio entre os Estados-Membros.
Março 28-31, África do Sul	Conferência de Energia Hidroeléctrica em África Especialistas em energia da África e outras partes do mundo reúnem-se para explorar formas de aumentar a captação da energia hidroeléctrica. A energia hidroeléctrica é considerada como uma das formas mais seguras e limpas de energia.
28 Março - 1Abril, Namíbia	Ministros da Justiça/Procuradores Gerais da SADC Ministros e Procuradores Gerais da SADC vão se reunir para analisar um relatório e recomendações sobre a revisão do papel do Tribunal da SADC, as funções e os termos de referência.
28 Março - 1Abril, Namíbia	Ministros do Trabalho e Emprego da SADC Os Ministros vão deliberar várias questões de trabalho e emprego, incluindo a promoção e protecção dos direitos dos trabalhadores.
29-30, Botswana	Reunião do Grupo temático de Energia Funcionários do Secretariado da SADC, parceiros Internacionais de Cooperação, o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) e a Autoridade Regional de Regulação de Electricidade (RERA) participam nesta reunião de coordenação temática para planear o apoio ao sector de energia na SADC.
Sem data, África do Sul	2ª Cimeira tripartida COMESA-EAC-SADC Chefes de Estado e de Governo das três comunidades económicas regionais vão se reunir na sua segunda Cimeira para discutir formas de promover uma maior integração entre os Estados-Membros. O destaque da cimeira será a possível aprovação de um plano de acção para o lançamento da Grande Área de Comércio Livre abrangendo 26 Países na África Oriental e Meridional em 2012.
Abril 1, África do Sul	IPP África IPP para África visa encontrar soluções para os produtores de energia, empresas, investidores e governos aumentarem a capacidade de energia através de Produtores Independentes de Energia.
Sem data, China	Cimeira de Chefes de Estado do BRICS A cimeira deste ano vai ver a África do Sul a integrar o grupo das economias emergentes mais rápidas (BRICS) que integra o Brasil, Rússia, Índia e China.



99 Anos

99

ANC celebra aniversário

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) comemorou 99 anos de existência em Janeiro no meio apelos para uma mudança de libertação política para a transformação económica.

Um dos mais antigos partidos políticos de África, o ANC foi fundado como Congresso Nacional dos Nativos da África do Sul (SANNC) a 8 de Janeiro de 1912, em Bloemfontein, para desencadear uma campanha pelos direitos da população negra sul-africana.

O seu primeiro presidente foi João Langalibalele Dube, um estudioso, descrito como "um grande, se não o maior homem negro da época missionária na África do Sul".

A organização tornou-se ANC em 1923 e formou uma ala militar, o Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação) em 1961.

É partido no poder pós-apartheid na África do Sul, a nível nacional, desde 1994. Ganhou apoio nas eleições de 1999, e aumentou ainda mais a sua maioria em 2004, com 69,7 por cento dos votos. em 2009, a sua participação na votação reduziu ligeiramente, mas manteve-se partido dominante, com 65,9 por cento.

O ANC fez aliança com o Partido Comunista Sul-Africano (SACP) e com o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (CoSATU). Cada parceiro da aliança é uma organização independente com sua própria constituição, composição e programas.

A aliança baseia-se num compromisso comum para os objectivos da Revolução Democrática Nacional, que visa criar uma sociedade na qual as pessoas são intelectualmente, socialmente, economicamente e politicamente fortalecidas.

"O nosso povo lutou abnegadamente pela liberdade da opressão. Não podemos deixa-lo quando se trata da luta pela erradicação da pobreza," disse o Presidente Jacob Zuma, durante as celebrações dos 99 anos de existência do partido.

"Temos de fazer a transição decisiva para a transformação económica significativa e pôr em marcha um programa muito deliberado que irá garantir que os benefícios da nossa libertação política sejam partilhados pelo nosso povo."

Ele observou que a emancipação política, sem transformação económica não faz sentido.

"É por isso que temos de nos comprometer com a liberdade económica na nossa vida, e o ANC deve continuar a estar na vanguarda dessa transformação", acrescentou.



50

anos depois:



Lembrando
Patrice Lumumba

ESTE ANO, marca o 50º aniversário do brutal assassinato de Patrice Lumumba, o primeiro homem a tornar-se Primeiro-Ministro na República Democrática do Congo.

Nascido em Julho de 1925, Lumumba desempenhou um papel fundamental rumo a independência do País da Bélgica.

A RDC conquistou a sua independência em Junho de 1960 depois de décadas de luta armada contra o colonialismo e da opressão belga. Apesar da resistência dos colonizadores, Lumumba sonhava com uma RDC livre.

Nas celebrações do Dia da Independência, Lumumba fez o seu famoso discurso após ter sido excluído do programa oficial do evento, apesar de ser o líder da nova RDC

O Rei Balduino da Bélgica, já havia elogiado o desenvolvimento da República Democrática do Congo sob o colonialismo, acrescentando: "Não tenha medo de vir até nós. Vamos permanecer ao seu lado ... dar lhe conselhos."

Mas Lumumba respondeu lembrando ao público que a independência da República Democrática do Congo não foi concedida gentilmente pela Bélgica.

"Esta independência do Congo, apesar de hoje ser celebrada com a Bélgica, um país amigo com quem lidamos de igual para igual, não merece nome congolês e jamais será esquecido que foi pela luta que foi conquistada, uma luta do dia-a-dia, uma luta ardente e idealista, uma luta em que não fomos poupados de privações, nem do sofrimento, e para a qual demos a nossa força e o nosso sangue."

Lumumba foi deposto do cargo em menos de três meses, após um golpe do seu governo apoiado por forças externas.

Ele foi posteriormente preso e assassinado em circunstâncias que sugerem o apoio e a cumplicidade da Bélgica e dos estados Unidos, como foi confirmado nas recentes publicações de todos os envolvidos.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro – Abril 2011

1 Fevereiro	Dia da abolição da escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
3 Fevereiro	Festival Chinês da Primavera	Maurícias
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
5 Fevereiro	Dia do Carnaval	Angola
12 Fevereiro	Maha Shivaratree	Maurícias
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
8 Março	Dia Internacional da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
	Dia dos Heróis	Lesotho
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
18 Abril	Dia da Independência	Zimbábue
22 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue
		Zâmbia
23 Abril	Sábado Santo	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue
25 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Swazilândia
		África do Sul
	Dia da Bandeira Nacional	RDC
27 Abril	Dia da Liberdade	
30 Abril	Dia da Juventude	